

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	33
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	265
Preferenciais	461
Total	726
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	51.094	60.533
1.01	Ativo Circulante	19.815	25.224
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	44	48
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.547	3
1.01.03	Contas a Receber	5.654	6.253
1.01.03.01	Clientes	4.362	4.692
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.292	1.561
1.01.04	Estoques	10.667	17.017
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.903	1.903
1.01.08.03	Outros	1.903	1.903
1.02	Ativo Não Circulante	31.279	35.309
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.485	20.484
1.02.01.03	Contas a Receber	20.485	20.484
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.485	20.484
1.02.03	Imobilizado	10.794	14.825
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.794	14.825

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	51.094	60.533
2.01	Passivo Circulante	38.262	32.695
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.355	8.794
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.886	4.969
2.01.01.01.01	Benefícios a Funcionários a Pagar	15	20
2.01.01.01.02	Honorários dos Administradores a Pagar	591	288
2.01.01.01.03	Pensões Judiciais a Pagar	7	25
2.01.01.01.04	Rescisões Contratuais de Funcionários a Pagar	4.816	3.633
2.01.01.01.05	Salários de Funcionários a Pagar	457	1.003
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.469	3.825
2.01.01.02.01	INSS a Recolher	3.222	2.298
2.01.01.02.02	Contribuições Sindicais a Recolher	35	4
2.01.01.02.03	Depósitos do FGTS a Recolher	2.212	1.523
2.01.02	Fornecedores	9.571	7.973
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.159	7.775
2.01.02.01.01	Fornecedores	3.742	3.826
2.01.02.01.02	Outros Compromissos	5.417	3.949
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	412	198
2.01.02.02.01	Fornecedores	412	198
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.990	4.049
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.080	2.237
2.01.03.01.02	Cofins a Recolher	182	172
2.01.03.01.03	IPi a Recolher	123	138
2.01.03.01.04	IRRF a Recolher	2.581	1.835
2.01.03.01.05	PIS a Recolher	106	52
2.01.03.01.06	CSLL-Cofins-PIS	49	29
2.01.03.01.07	Seguridade Social Retida a Recolher	39	11
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.903	1.808
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	1.903	1.808
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7	4
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	7	4
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	9.291	9.698
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9.291	9.698
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9.021	9.428
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	270	270
2.01.05	Outras Obrigações	130	130
2.01.05.02	Outros	130	130
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	130	130
2.01.06	Provisões	2.925	2.051
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.925	2.051
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.925	2.051
2.02	Passivo Não Circulante	51.473	58.064
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.387	13.920
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.387	13.920
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.387	13.920
2.02.02	Outras Obrigações	48.086	44.144

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.02.02	Outros	48.086	44.144
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	26.728	23.897
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais Estaduais	16.118	14.210
2.02.02.02.05	Fornecedores Nacionais	4.043	4.918
2.02.02.02.06	Outras Responsabilidades a Vencer	1.197	1.119
2.03	Patrimônio Líquido	-38.641	-30.226
2.03.01	Capital Social Realizado	23.749	23.749
2.03.03	Reservas de Reavaliação	0	1.081
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-62.390	-55.056

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.782	23.820	13.971	27.596
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	16.478	30.450	17.532	34.704
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-3.696	-6.630	-3.561	-7.108
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-16.831	-32.486	-16.209	-32.168
3.03	Resultado Bruto	-4.049	-8.666	-2.238	-4.572
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	6.386	3.168	-3.541	-5.880
3.04.01	Despesas com Vendas	-822	-1.576	-984	-1.850
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.278	-6.749	-2.567	-4.897
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	11.486	11.493	10	867
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.337	-5.498	-5.779	-10.452
3.06	Resultado Financeiro	-1.626	-2.919	-1.245	-1.640
3.06.01	Receitas Financeiras	51	261	52	147
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.677	-3.180	-1.297	-1.787
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	711	-8.417	-7.024	-12.092
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	711	-8.417	-7.024	-12.092
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	711	-8.417	-7.024	-12.092
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	711	-8.417	-7.024	-12.092
4.03	Resultado Abrangente do Período	711	-8.417	-7.024	-12.092

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.892	1.384
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.892	1.384
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	14.224	-46
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-9.793	-2.560
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.539	-1.222
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	52	1.239
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.591	17

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	23.749	0	0	-53.974	0	-30.225
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	23.749	0	0	-53.974	0	-30.225
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.416	1.081	-8.416
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.416	1.081	-8.416
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	-1.081	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-1.081	0
5.07	Saldos Finais	23.749	0	0	-62.390	0	-38.641

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	23.749	0	0	-18.503	1.081	6.327
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	23.749	0	0	-18.503	1.081	6.327
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.092	0	-12.092
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.092	0	-12.092
5.07	Saldos Finais	23.749	0	0	-30.595	1.081	-5.765

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	41.643	35.493
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	41.643	35.493
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-26.580	-28.997
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.580	-28.997
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.063	6.496
7.04	Retenções	-1.292	-1.229
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.292	-1.229
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.771	5.267
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	105	147
7.06.02	Receitas Financeiras	105	147
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.876	5.414
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.876	5.414
7.08.01	Pessoal	12.296	11.530
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.606	9.192
7.08.01.02	Benefícios	1.395	1.481
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.283	701
7.08.01.04	Outros	1.012	156
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.427	4.190
7.08.02.01	Federais	4.212	2.801
7.08.02.02	Estaduais	2.030	1.185
7.08.02.03	Municipais	185	204
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.569	1.786
7.08.03.01	Juros	3.055	1.582
7.08.03.03	Outras	514	204
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-8.416	-12.092
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-8.416	-12.092

FIBAM

REFERÊNCIA EM FIXADORES

Release de Resultado 2T17

Última Cotação em
30/06/2017

FBMC4 - R\$ 3,49 por ação

Total de Ações: 726.514

FBMC3: 265.160

FBMC4: 461.354

Valor de Mercado
(30/06/2017):

R\$ 21.815,3 mil

US\$ 6.585,1 mil

São Bernardo do Campo, 11 de agosto de 2017 – A Fibam Cia Industrial – Em Recuperação Judicial (BM&FBOVESPA: FBMC3 e FBMC4), empresa líder na produção de fixadores especiais, anuncia os seus resultados financeiros relativos ao 2º trimestre de 2017 (2T17). As informações financeiras e operacionais, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e em milhares de Reais.

PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 14 de outubro de 2014, mediante aprovação de seus administradores, a Companhia ajuizou Pedido de Recuperação Judicial, na Comarca de São Bernardo do Campo, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05. Não obstante os esforços da administração na busca de renovações de suas linhas de crédito, o pedido de recuperação judicial configurou-se como a alternativa mais adequada para o atual momento. A medida visa preservar o valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas e contingenciando de maneira responsável os recursos existentes em caixa mantendo a segurança operacional e compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

	2T17	1T17	Variação 2T17/1T17	2T16	Variação 2T17/2T16
Receita Operacional Líquida	12.782	11.038	15,8%	13.971	(8,5%)
Lucro Bruto	(4.049)	(4.617)	12,3%	(2.238)	(80,9%)
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>(31,7%)</i>	<i>(41,8%)</i>	10,1 p.p.	<i>(16,0%)</i>	<i>(15,7) p.p.</i>
Resultado Operacional (EBIT)*	(6.820)	(7.821)	12,8%	(5.765)	(18,3%)
<i>Margem Operacional (%)</i>	<i>(53,4%)</i>	<i>(70,9%)</i>	17,5 p.p.	<i>(41,3%)</i>	<i>(12,1) p.p.</i>
(Prejuízo) Lucro Líquido	711	(9.128)	NA	(7.024)	NA
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>5,6%</i>	<i>(82,7%)</i>	88,3 p.p.	<i>(50,3%)</i>	<i>55,9 p.p.</i>
EBITDA**	(6.174)	(7.175)	14,0%	(5.147)	(20,0%)
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>(48,3%)</i>	<i>(65,0%)</i>	16,7 p.p.	<i>(36,8%)</i>	<i>(11,5) p.p.</i>
Patrimônio Líquido	(38.641)	(39.353)	1,8%	(5.765)	NA
Dívida Líquida	11.086	24.313	(54,4%)	22.292	(50,3%)

** Lucro antes dos juros e impostos.

** Lucro antes dos impostos, juros, outras despesas e receitas operacionais, depreciação e amortização.

Contatos:
José Reinaldo Mindel
Telefone
 (55 11) 2139-5323

Email
 ri@fibam.com.br

FIBAM
REFERENCIAL EM FIXADORES

Release de
Resultado **2T17**

PERFIL CORPORATIVO

Com mais de sessenta anos de atuação, a **Fibam** é líder na produção de fixadores especiais para a indústria automobilística no Brasil, mantendo o compromisso de garantir segurança, qualidade, eficiência e a satisfação de seus clientes.

O portfólio da Companhia é direcionado para aplicações críticas que exigem alto grau de segurança como: motores, suspensões, freios, cintos de segurança, rodas e sistemas de direção. Além do setor automobilístico, a **Fibam** também atua no fornecimento de fixadores para eletrodomésticos, construção civil, equipamentos agrícolas, entre outros.

O relacionamento com clientes é pautado pela qualidade dos produtos, confiabilidade no prazo de entrega e foco no aprimoramento constante, o que resulta em alternativas de redução de custos para o cliente. Esses diferenciais são atestados por múltiplas premiações e certificações concedidas pelos próprios clientes e que renderam à Companhia a liderança no segmento de fixadores metálicos na América Latina. Entre outros certificados de qualidade, a **Fibam** é certificada segundo a ISO TS 16949, o que a credencia a fornecer para toda a cadeia automotiva mundial.

PRODUTOS E APLICAÇÕES

A Fibam produz fixadores utilizados para: freios e suspensões, sistemas de direção, motos, motores, compressores, rodas, tratores, câmbios e cintos de segurança. Produtos que agregam tecnologia, pesquisa e desenvolvimento.





CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL

Após alguns meses com sinais de recuperação, a economia em 2017 deu mostras que não será tão fácil superar a última recessão. O Índice de Atividade Econômica (IBC-BR), uma espécie de prévia do PIB divulgados pelo Banco Central e usado nas decisões do Copom, recuou 0,51% em maio ante abril na série ajustada e negativo em 0,05% no ano. Por outro lado, favorecida pela atual taxa de câmbio e recuperação dos preços das commodities a balança comercial teve no primeiro semestre de 2017 seu melhor resultado em 29 anos: superávit de US\$ 36 bilhões. A inflação continua respondendo as medidas adotadas pela autoridade monetária e permanece abaixo da meta central de 4,5% para o ano no acumulado em 12 meses, 3,0%. Contudo, as expectativas do mercado para o PIB (Produto Interno Bruto) consolidado pelo relatório de mercado do Banco Central se reduziram de 0,47% no 1T17 para 0,39% no relatório de 21 de julho de 2017.

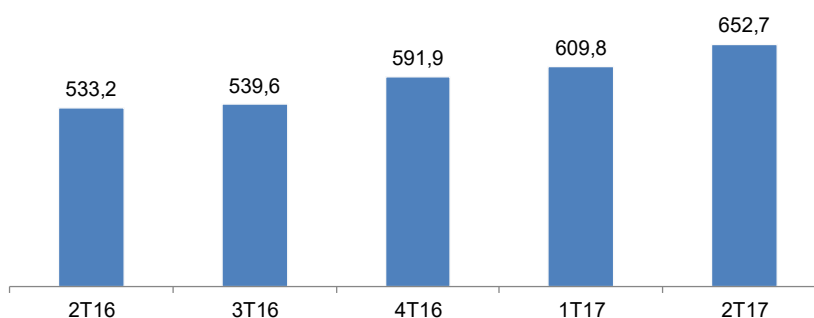
Também impulsionada pela exportação, a indústria automobilística nacional tem conseguido aos poucos registrar recuperação. Contudo, o mercado interno apesar de estável ainda não tem demanda suficiente para ocupar a capacidade ociosa da indústria. A produção de veículos automotores totalizou 652,7 mil unidades no trimestre o que representa avanço de 6,9% frente o trimestre anterior e 23,3% na comparação com o mesmo período de 2016, segundo dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). As exportações totalizaram 199,6 mil unidades, volume 15,4% maior do que o trimestre imediatamente anterior. O número de trabalhadores na indústria automobilística está estável, praticamente no mesmo nível de um ano atrás, mas houve a criação de 478 mil vagas em maio/17. Por outro lado, ainda há em torno de 10,3 mil empregados da indústria em regime de "lay-off" (suspensão temporária do contrato de trabalho) ou pelo PSE (Programa Seguro-Emprego).

Com a melhora do desempenho nos seis primeiros meses do ano, a ANFAVEA revisou a estimativa de produção para o ano de 2017 que passou de crescimento na produção de veículos automotores de 11,9% para 21,5% em relação aos números de 2016. Tal crescimento significa produção de 2,62 milhões de unidades, motivada pela recuperação das exportações e estabilidade do mercado doméstico. A própria ANFAVEA registra que a retomada da produção e a melhora das expectativas só foram possíveis devido as aprovações de importantes reformas.

Na Fibam, o instrumento jurídico da recuperação judicial não alterou as atividades da Companhia que tem honrado os compromissos com empregados, fornecedores e clientes. A produção segue com a programação normal de acordo com a demanda, com a eficiência e qualidade com a qual sempre foi reconhecida. Continuamos direcionando esforços para a busca do aumento da eficiência operacional, revisando processos e reformulando as estruturas administrativas e produtivas com o objetivo de se adequar à situação econômica e setorial.



Produção total de veículos (mil unidades)



Fonte: Anfavea

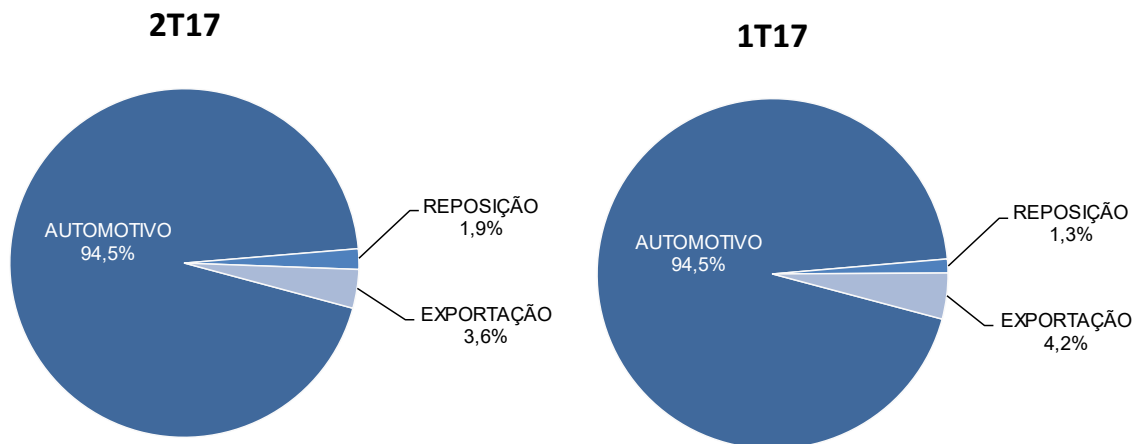
DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 14 de outubro de 2014, a Companhia ajuizou Pedido de Recuperação Judicial, na Comarca de São Bernardo do Campo, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. Não obstante os esforços da administração na busca de renovações de suas linhas de créditos, o pedido de recuperação judicial configurou-se como a alternativa mais adequada para o atual momento. A medida visa preservar o valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas e contingenciando de maneira responsável os recursos existentes em caixa mantendo a segurança operacional e o compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

O ajuizamento do Pedido de Recuperação Judicial se deu exclusivamente em caráter preventivo e foi a alternativa encontrada pela Fibam face à escassez na oferta de crédito no mercado de capitais e a negativa de instituições para o rolamento de dívidas. A Companhia não possuía débitos ou sequer protestos de fornecedores ou atraso com empregados, à época da recuperação judicial. Aliado a um mercado altamente cadente, como demonstrado pelos números de produção de veículos e insistentemente comentado pela Companhia ao longo das últimas divulgações, sem contar com acesso a crédito a Companhia se viu obrigada a buscar uma alternativa que lhe proporcionasse o fôlego financeiro necessário para a continuidade do atendimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

Em 15 de dezembro de 2015 os credores da Companhia aprovaram na Assembleia Geral de Credores o Plano de Recuperação Judicial, que tem como principais pontos: i) deságio de 40% sobre o total da dívida quirográfica; ii) carência de 20 meses; iii) 8 anos de pagamento após o vencimento da carência; iv) correção monetária de Taxa Referencial + 0,5% ao ano e v) pagamento em parcelas anuais fixas e pagamento periódico trimestral (PMT).

A Fibam mantém em atividade sua programação de produção normalmente, comprometida com a segurança de continuidade de fornecimento aos seus clientes. Seus produtos continuam com a qualidade demandada e certificada pelas principais montadoras presentes no País, seguindo os mais rigorosos padrões. É importante não deixar de reforçar que o instrumento jurídico da recuperação judicial não afetou e não tem afetado a rotina comercial ou produtiva, com a Companhia mantendo suas atividades da mesma forma que antes do pedido de recuperação judicial.



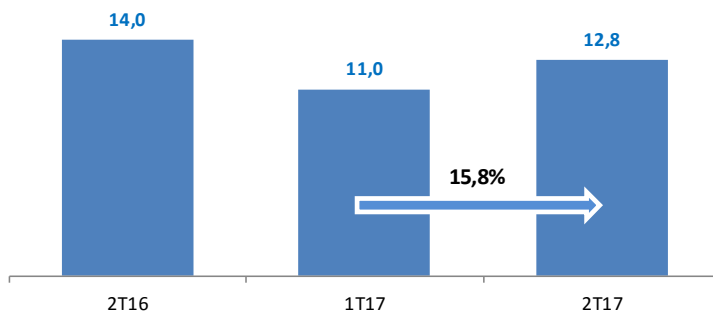
O segmento automotivo representou 94,5% do total de receita líquida de vendas no segundo trimestre de 2017, mesmo patamar verificado no trimestre anterior. Considerando o mesmo período, o segmento de reposição correspondeu a 1,9% das receitas líquidas, 0,6 p.p. acima do 1T17. Já o segmento de exportação totalizou 3,6% representando queda de 0,6 p.p. frente o trimestre anterior.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No segundo trimestre de 2017 a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 12,8 milhões, alta de 15,8% na comparação com o resultado reportado no primeiro trimestre de 2017. Considerando o mesmo período de 2016, quando alcançou R\$ 13,9 milhões, a retração foi de 8,5%. O movimento de retomada da produção da indústria automobilística tem favorecido a recuperação das vendas da Fibam no mercado interno, ainda que os volumes ainda permaneçam em níveis bem inferiores aos patamares históricos.

Receita Operacional Líquida
(Em R\$ milhões)





Receita Operacional Líquida por Segmento

Volume de Vendas (em R\$ mil)	2T17	1T17	Var. % 2T17/1T17	2T16	Var. % 2T17/2T16
Receita operacional líquida	12.782	11.038	15,8%	13.971	(8,5%)
<i>AUTOMOTIVO</i>	12.083	10.429	15,9%	12.736	(5,1%)
<i>REPOSIÇÃO</i>	242	141	71,6%	589	(58,9%)
<i>EXPORTAÇÃO</i>	457	468	(2,4%)	646	(29,3%)

RESULTADO BRUTO E MARGEM BRUTA

O custo dos produtos vendidos (CPV) no 2T17 totalizou R\$ 16,8 milhões, valor 7,5% e 3,8% superior ao registrado no 1T17 e 2T16, respectivamente. Dessa forma, com o custo dos produtos vendidos superando a receita líquida da Companhia no trimestre, o resultado bruto foi negativo em R\$ 4,0 milhões, recuperação de 12,3% frente o 1T17 e 80,9% pior que o valor auferido no mesmo período do ano anterior.

Com este resultado, a margem bruta apresentada no 2T17 foi 10,1p.p. superior à margem alcançada no primeiro trimestre de 2017, atingindo 31,7% negativo. Na comparação com o 2T16, quando a margem foi negativa em 16,0%, a retração foi de 15,7 p.p.

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

No segundo trimestre de 2017, as despesas operacionais da Companhia se reverteram em receita de R\$ 6,4 milhões. Esse resultado corresponde ao ingresso de R\$ 11,5 milhões em Outras Receitas relativos a conclusão de negociação de ativos alienados fiduciariamente antes do pedido de Recuperação Judicial da Fibam. As despesas com vendas somaram R\$ 0,8 milhão o que evidencia aumento de 9,0% e redução de 16,5% ante os resultados do 1T17 e 2T16, respectivamente. As despesas administrativas somaram R\$ 1,7 milhão com recuo de 18,1% frente o primeiro trimestre de 2017 e 19,5% na comparação com o mesmo período de 2016.

Além de medidas para o aumento de eficiência no parque produtivo, a Fibam adotou diversas ações para redução de custos e despesas, como reestruturação das áreas administrativas, revisão de processos internos e de produção.

Em R\$ mil	2T17	1T17	Variação 2T17/1T17	2T16	Variação 2T17/2T16
Receitas (Despesas) Operacionais	6.386	(3.218)	NA	(3.541)	NA
<i>(%) sobre a Receita Líquida</i>	50,0%	(29,2%)	NA	(25,3%)	NA

*Considerando despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas.

RESULTADO OPERACIONAL - EBIT

No 2T17, a Companhia gerou Ebit negativo de R\$ 6,8 milhões, montante 12,8% melhor do que os R\$ 7,8 milhões registrados no trimestre imediatamente anterior. Na comparação com o 2T16, quando totalizou R\$ 5,7 milhões negativo, o valor foi 18,3% maior.

EBITDA

O Ebitda da Fibam no segundo trimestre de 2017 foi negativo em R\$ 6,1 milhões, melhora de 14,0% frente o resultado negativo de R\$ 7,2 milhões do 1T17 e 20,0% pior na comparação com os R\$ 5,1 milhões



negativo registrados no mesmo período do ano anterior. Nesse sentido, a margem Ebitda do 2T17 foi negativa em 48,3%, 16,7 p.p. pior do que a margem negativa de 65,0% do 1T17. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, quando atingiu margem negativa de 36,8%, houve queda de 11,5 p.p.

Em mais um trimestre, a geração de caixa e rentabilidade da Companhia foi afetada pela ainda deprimida atividade no setor automotivo, que ainda convive com pressão nos custos de matéria-prima e de mão de obra.

Em R\$ mil	2T17	1T17	Var. % 2T17/1T17	2T16	Var. % 2T17/2T16
(Prejuízo) Lucro do Período	711	(9.128)	NA	(7.024)	NA
Resultado financeiro líquido	1.626	1.293	25,8%	1.245	30,6%
IR/CSLL	-	-	-	-	-
Depreciações/amortizações	646	646	-	618	4,5%
Outras despesas/receitas operacionais	(11.486)	(7)	NA	(10)	NA
Juros/Encargos sobre REFIS/PAEX	2.329	21	NA	24	NA
EBITDA	(6.174)	(7.175)	14,0%	(5.147)	(20,0%)
<i>Margem EBITDA</i>	<i>(48,3%)</i>	<i>(65,0%)</i>	<i>16,7 p.p.</i>	<i>(36,8%)</i>	<i>(11,5) p.p.</i>

RESULTADO FINANCEIRO

A Fibam registrou resultado financeiro negativo de R\$ 1,6 milhão no 2T17, aumento de 25,8% frente os R\$ 1,3 milhão reportados no 1T17 e 30,6% superior ao registrado no 2T16, decorrente de menor saldo aplicado e maiores despesas financeiras.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

No 2T17, a Fibam registrou lucro líquido de R\$ 0,7 milhão, impactado positivamente pela receita não recorrente de R\$ 11,5 milhões, referente a venda de terreno da Companhia no 2T17. Desconsiderando esse efeito, o resultado líquido no período seria prejuízo de R\$ 10,8 milhões.

Em R\$ mil	2T17	1T17	Variação 2T17/1T17	2T16	Variação 2T17/2T16
(Prejuízo) Lucro Líquido	711	(9.128)	NA	(7.024)	NA
<i>Total de Ações</i>	<i>726.514</i>	<i>726.514</i>	<i>-</i>	<i>726.514</i>	<i>-</i>
(Prejuízo) Lucro por Ação (em R\$)	0,9786	(12,5641)	NA	(9,6681)	NA
Valor Patrimonial por Ação (em R\$)	(53,1874)	(54,1669)	1,8%	(7,9352)	NA



ENDIVIDAMENTO

Ao final do período encerrado, em 30 de junho de 2017, a dívida líquida somou R\$ 11,1 milhões, 54,4% e 50,3% inferior ao registrado no trimestre anterior e em relação ao verificado no mesmo trimestre do ano passado, respectivamente. A redução corresponde a amortização de dívida bancária após a conclusão da negociação de ativos alienados fiduciariamente em data anterior ao pedido de Recuperação Judicial da Companhia.

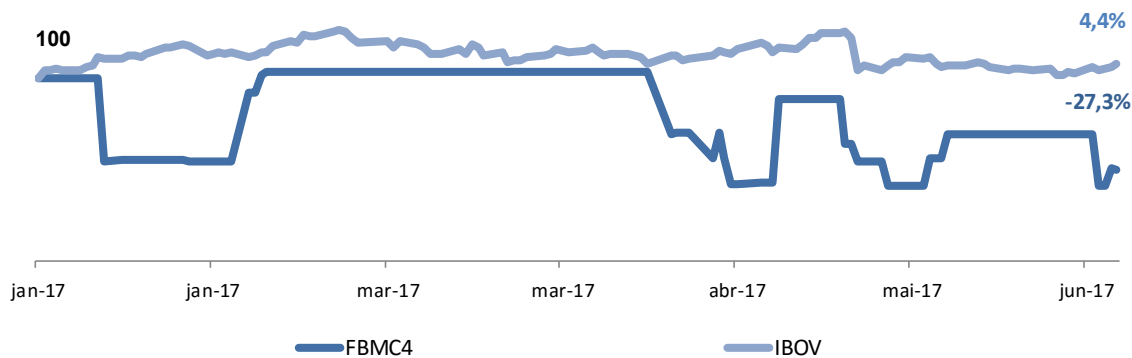
MERCADO DE CAPITAIS

Em 30 de junho de 2017, a cotação da ação preferencial (FBMC4) foi de R\$ 3,49, queda de 27,3% frente à cotação registrada ao final de dezembro de 2016, de R\$ 4,80. No mesmo período de comparação, o Ibovespa registrou valorização de 4,4%.

O gráfico abaixo representa o desempenho das ações preferenciais da Fibam em comparação com o Ibovespa:

Desempenho da ação

(Base 100 em 30/06/2017)



Fonte: Uol Economia

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O valor de mercado, em 30 de junho de 2017, era de R\$ 22,4 milhões, representado por 726.514 ações, sendo 265.160 ordinárias (FBMC3) e 461.354 preferenciais (FBMC4). Assim, a estrutura societária ficou dividida da seguinte maneira: (i) 51,35% de participação da família Paperini; (ii) 7,90% de participação do Sr. José Claudio Marinho da Nóbrega; (iii) 7,57% do Sr. Pedro Henrique Ribeiro Novaes; (iv) 5,55% de participação do Sr. Norio Suzaki; e (v) 27,63% de participação de outros acionistas.




ANEXOS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	30/06/2017	30/06/2016		30/06/2017	30/06/2016
CIRCULANTE	19.815	27.033	CIRCULANTE	38.262	18.397
Caixa e Equivalentes de Caixa	44	17	Fornecedores Nacionais	3.742	2.116
Aplicações Financeiras	1.547	286	Fornecedores no Exterior	412	-
Clientes Nacionais	3.869	3.355	Instituições Financeiras	9.291	7.594
Clientes no Exterior	493	547	Impostos a Recolher	4.990	2.973
Impostos a Compensar/Recuperar	201	212	Obrigações Trabalhistas e Encargos a Pagar	14.280	4.064
Contas a Receber	1.035	981	Contas a Pagar	5.417	1.520
Estoques	10.667	19.652	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar	130	130
Despesas Antecipadas	56	80			
Provisão para Recuperação Judicial	1.903	1.903			
NÃO CIRCULANTE	31.279	36.665	NÃO CIRCULANTE	51.473	51.066
Depósitos Judiciais	38	38	Instituições Financeiras	3.387	15.001
Outros Créditos	20.446	20.446	Parcel. de Tributos Federais Estaduais e Previdenciários	42.847	28.748
Imobilizado	10.794	16.181	Fornecedores Nacionais	4.043	5.668
			Outras Responsabilidades a Vencer	1.197	1.649
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(38.641)	(5.765)
			Capital Social	23.749	23.749
			Reserva de Reavaliação	-	1.081
			Prejuízos Acumulados	(53.974)	(18.503)
			Prejuízo do Período	(8.416)	(12.092)
TOTAL DO ATIVO	51.094	63.698	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51.094	63.698



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2T17	1T17	Var. % 2T17/1T17	2T16	Var. % 2T17/2T16
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.782	11.038	15,8%	13.971	(8,5%)
Custo dos Produtos Vendidos	(16.831)	(15.655)	7,5%	(16.209)	3,8%
LUCRO BRUTO	(4.049)	(4.617)	(12,3%)	(2.238)	80,9%
(DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS	6.386	(3.218)	NA	(3.541)	NA
Vendas	(822)	(754)	9,0%	(984)	(16,5%)
Administrativas	(1.734)	(2.117)	(18,1%)	(2.153)	(19,5%)
Honorários dos Administradores	(215)	(215)	-	(301)	(28,6%)
Despesas Tributárias	(2.329)	(139)	NA	(113)	NA
Outras Receitas e Despesas Operacionais	11.486	7	NA	10	NA
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2.337	(7.835)	NA	(5.779)	NA
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO					
Despesas Financeiras	(1.677)	(1.503)	11,6%	(1.297)	29,3%
Receitas Financeiras	51	210	(75,7%)	52	(1,9%)
Resultado Financeiro Líquido	(1.626)	(1.293)	25,8%	(1.245)	30,6%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	711	(9.128)	NA	(7.024)	NA
LUCRO DO TRIMESTRE	711	(9.128)	NA	(7.024)	NA

*Não houve outros resultados abrangentes nos períodos divulgados, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente.


DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

	2T17	2T16	1T17
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuízo) do Período	711	(7.024)	(9.128)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) do período com recursos gerados das (aplicado nas) atividades operacionais			
Depreciações do Imobilizado	646	618	646
Perda (Ganho) na Alienação de Imobilizado	(11.486)	-	154
Apropriação de Juros sobre Financiamentos	533	-	782
	(9.596)	(6.406)	(7.546)
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais			
Aplicações Financeiras	-	248	-
Duplicatas a Receber	826	2.512	(509)
Contas a Receber	(55)	(295)	305
Estoques	3.063	1.967	3.286
Impostos a Recuperar	6	8	(8)
Outros	19	68	16
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais			
Fornecedores	(265)	(1.061)	(217)
Impostos a Pagar	1.129	1.417	3.248
Contas a Pagar	1.534	754	8
CAIXA GERADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(3.339)	(788)	(1.417)
Juros Pagos sobre Financiamentos	811	733	1.053
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.528)	(55)	(364)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-	(22)	(139)
Valor de Venda de Ativos	14.363	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	14.363	(22)	(139)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Captação de Empréstimos e Financiamentos	2.980	1.751	1.007
Amortizações de Empréstimos e Financiamentos	(16.353)	(4.302)	(2.166)
Redução de Juros Provisonados a Maior	-	798	-
Parcelamento de Impostos	3.019	1.828	1.720
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(10.354)	75	561
(REDUÇÃO) AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	1.481	(2)	58
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	110	19	52
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.591	17	110
(REDUÇÃO) AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	1.481	(2)	58

Notas Explicativas

FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

C.N.P.J. (MF) 61.410.395/0001-95

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia produz e comercializa fixadores, com acentuada diversificação para, praticamente, todos os setores da economia. Os produtos são de aço comum ou nobre nos mais variados tipos e acabamentos.

Com atuação bastante heterogênea, abrange, além do mercado externo, tanto a indústria automobilística e de autopeças, como indústrias de compressores de frio, nas mais diversas fases de montagem e manutenção.

Em 14 de outubro de 2014 mediante aprovação de seus administradores, a Companhia ajuizou pedido de Recuperação Judicial, na Comarca de São Bernardo do Campo, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05, cujo pedido foi deferido em 13 de novembro de 2014 conforme publicação no Diário da Justiça Eletrônico. Em 14 de janeiro de 2015 a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. O Plano foi aprovado pelos credores em assembleia geral realizada em 15 de dezembro de 2015, sendo homologado pelo Juízo da Recuperação, decisão proferida em 19/02/2016 e publicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no DJE em 23 de fevereiro de 2016.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia entende que sua função social e o estímulo à atividade econômica foram preservados, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas, garantindo a segurança operacional e o compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

A Companhia reduziu substancialmente suas operações, decorrentes da queda acentuada das vendas, ocasionando um desequilíbrio com os custos fixos, razão pela qual vem apresentando prejuízo nos últimos períodos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requeridas para os períodos findos em 30/06/2017 e 31/12/2016 e levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6404/76, com as alterações constantes nas Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, e as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, relativas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Dessa forma, as estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos bens,

Notas Explicativas

análise de risco para determinação da estimativa de perdas de crédito, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. Não ocorreram alterações durante o período findo em 30/06/2017 em relação às práticas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras publicadas por ocasião do encerramento do exercício de 31/12/2016.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor, sendo ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos. São apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). Não houve outros resultados abrangentes nos períodos divulgados, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA).

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 02 de agosto de 2017.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2017 da Companhia foram elaboradas em conformidade com a Deliberação CVM 673, de 20 de outubro de 2011 que aprova o pronunciamento técnico CPC 21(R1). As políticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes aos períodos anteriores.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, saldo de contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata demonstrada ao custo e acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- b) Instrumentos financeiros – A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”, no período em que ocorrem.

Notas Explicativas

- Empréstimos e financiamentos: Os créditos concursais e não concursais encontram-se detalhados na Nota Explicativa 8.
- A Companhia informa que não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.

c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. A Companhia entende que, com base na aprovação da Recuperação Judicial através da Assembleia de Credores ocorrida em 15/12/2015, os riscos financeiros foram mitigados satisfatoriamente, face a repactuação dos prazos, bem como do deságio obtido, conforme nota explicativa 13.

i) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de suas contas a receber. A administração da Companhia considera esse risco pequeno dado o perfil dos clientes. No que diz respeito às aplicações financeiras, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e segunda linha e não ter concentração desses investimentos em um único grupo econômico.

ii) Risco de obtenção de crédito

Com base no cenário econômico a Companhia se deparou com dificuldades na obtenção de crédito para financiamento do seu capital de giro, fato que forçou a Companhia a solicitar o Pedido de Recuperação Judicial em 14/10/2014. Com base na aprovação da Recuperação Judicial na Assembléia de Credores realizada em 15/12/2015, as dificuldades na obtenção de crédito encontram-se saneadas junto aos seus principais credores e fornecedores, garantido desta forma sua continuidade operacional. Com base na parceria estabelecida por varias décadas com fornecedores de matérias primas, não ocorreu descontinuidade de fornecimento, mesmo enquanto se encontrava pendente de aprovação o pedido de recuperação judicial.

Notas Explicativas

iii) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Após a solicitação do pedido de Recuperação Judicial, foi enfatizado o conceito de administração da liquidez do caixa, e estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

iiii) Riscos de mercado:

Risco com taxa de juros: O risco associado à possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros foi mitigado com base no pactuado na Assembleia de Credores com seus fornecedores e credores bancários quirografários, lastreando seus encargos financeiros à correção pela Taxa Referencial (TR) acrescida de 0,50% ao mês, sendo com os demais credores, os valores repactuados sem incremento na cobrança de encargos financeiros, conforme detalhado na nota explicativa 13, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco com taxa de câmbio: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido ao descasamento entre vendas realizadas, predominantemente, em reais e a variação cambial decorrente das obrigações em moeda estrangeira decorrentes da aquisição de equipamentos. Em 31 de março de 2017, a Companhia possuía obrigações irrelevantes em moeda estrangeira.

d) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (para caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos captados em moeda nacional), exceto quanto às dívidas incluídas no plano de recuperação judicial, que estão sujeitas a deságio, carências e correção pela poupança, conforme Nota Explicativa 13.

Por ocasião da aprovação do plano de recuperação judicial em 15/12/2015, a Companhia optou por não utilizar taxas de juros projetadas, sendo que a projeção de cenários que trata a CVM, por meio da Instrução nº 475/08 será aplicada no decorrer do exercício de 2017.

Notas Explicativas

e) **Clientes e fornecedores de curto prazo**

Os resultados das análises de prazos e valores para clientes demonstraram não haver relevância que justifique ajustes a valor presente. Com base nos prazos, carências e correção dos valores, bem como no critério de amortização dos passivos, a Companhia entende que os valores devidos a fornecedores que se encontravam em recuperação judicial não são passíveis de ajustes ao valor presente.

f) **Impostos a compensar/recuperar**

Os valores referem-se a créditos de PIS, COFINS e ICMS sobre os investimentos em imobilizado.

g) **Estoques**

É avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, inferiores aos preços de mercado ou aos valores líquidos de realização. No caso dos estoques acabados e em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, excluído custos de empréstimos. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização ajustando o valor contábil. A Fibam não possui estoques oferecidos em garantia ou alienado a passivos financeiros. (vide nota explicativa 5).

h) **Apuração do resultado e critério de reconhecimento da receita de vendas**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Fibam, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Fibam transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Fibam não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Fibam;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Notas Explicativas

i) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. As premissas adotadas pela Administração da Companhia para as análises, inclusive de clientes são determinadas em função de prazos de recebimento de títulos em conjunto com a análise de relevância de valores. Os passivos de longo prazo estão atualizados monetariamente até 30/06/2017.

j) **Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, construção e reavaliação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas de acordo com o método linear, levando-se em conta a vida útil econômica dos bens.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, objetivando avaliar eventos e mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída estimativa para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Desde o exercício de 2.009 a empresa vem ajustando as taxas de depreciação em função da vida útil econômica estimada dos bens.

k) **Instituições financeiras**

Detalhamento mencionado na nota explicativa 8.

l) **Férias e encargos sociais a pagar**

Constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data de 30/06/2017 incluindo os correspondentes encargos sociais.

n) **Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes.

o) **Remuneração dos Administradores**

Os administradores são Diretores, sendo o impacto no resultado do período de R\$ 215 mil, conforme DVA e Demonstração do Resultado.

5. ESTOQUES:

Notas Explicativas

Contas	30/06/2017	31/12/2016
Produtos Acabados	2.809	3.616
Produtos em Processo	3.630	9.251
Matéria Prima	970	972
Materiais de Consumo	977	987
Ferramentas	2.105	2.096
Peças de Manutenção e Materiais Auxiliares	176	95
Total	10.667	17.017

A Companhia não possui estoques correntes oferecidos em garantia nas operações financeiras.

6. OUTROS CRÉDITOS (NÃO CIRCULANTE)

Contas	30/06/2017	31/12/2016
Depósitos judiciais	38	38
Outros Créditos (*)	20.446	20.446
Total	20.484	20.484

(*) Valores correspondentes a direitos creditórios adquiridos pela Companhia para pagamento/garantia de tributos contestados judicialmente, na sua quase totalidade, Impostos e Contribuições (Imposto de Renda, Adicional de I.R. Estadual sobre antecipações, FINSOCIAL, Contribuição Social, IOF sobre importações, ICMS sobre importações e antecipações de pagamento do IPI, entre outros) e encargos financeiros incidentes sobre os mesmos. Tais créditos não foram aceitos nos juízos como pagamento/garantia das ações fiscais. Por esta razão, em 2008, foi transferido da conta “Depósitos Judiciais” para a rubrica “Outros Créditos”, no realizável a longo prazo, o montante de R\$ 20.446 mil. Em decorrência do fato, a Companhia aderiu aos processos de parcelamentos de impostos e contribuições no período de 2006 a 2008.

O valor de aquisição dos direitos creditórios é registrado pelo valor pago de R\$ 9.136 mil, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2002. O montante correspondente ao valor total dos direitos creditórios, atualizado até junho de 2017, calculado pelos assessores jurídicos, é de R\$ 184.343 mil, cuja realização desse montante depende do desfecho final do Processo em andamento na 2ª Vara Cível, do Fórum Central da Comarca de São Paulo, que tem por objeto a nulidade de Instrumentos Particulares de Cessão de Direitos e pedido de ressarcimento dos valores pagos pela compra de títulos caucionados nas execuções fiscais no período de 1996 a 1999. Até fevereiro de 2009, a Companhia obteve êxito em todas as instâncias judiciais e atualmente o processo encontra-se em fase de liquidação de Sentença. De acordo com o parecer dos assessores jurídicos, a probabilidade de realização do crédito é superior a 60%, equivalente, portanto, a R\$ 110.606 mil, aproximadamente. Dessa forma, o valor contábil é inferior ao valor de realização e assim a Administração da Companhia decidiu manter o saldo contábil no montante de R\$ 20.446 mil em 30 de junho de 2017.

7. IMOBILIZADO

Notas Explicativas

Contas	Tx. Anual Média ponderada	30/06/2017			31/12/2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos (*)	-	-	-	-	1.242
Edificações	-	-	-	-	1.669
Máquinas e Equipamentos	9,11%	57.337	(46.766)	10.571	11.650
Móveis e Utensílios	9,77%	699	(637)	62	72
Veículos	9,65%	445	(424)	21	24
Equip. Informática/Software	19,95%	3.145	(3.005)	140	168
Total		61.626	(50.832)	10.794	14.825

(*) A conta de Terrenos inclui reavaliação (ajuste de avaliação patrimonial) no montante de R\$ 1.081 mil (vide nota 12), baixado nesse semestre, conforme comentado a seguir.

Conforme Fato Relevante divulgado em 02/08/17, a Companhia informou que foi concluída a negociação para a liquidação do empréstimo mantido com o Banco Tricury, através da efetiva transmissão de bens imóveis (terrenos e edificações), de propriedade da Companhia, com previsão de direito de recompra no prazo de 36 (trinta e seis) meses, imóveis estes que já haviam sido alienados fiduciariamente ao referido Banco em data anterior ao pedido da recuperação judicial.

A Companhia possui bens de seu ativo imobilizado em garantia para empréstimos e financiamentos (vide nota 8).

Mutações do Imobilizado 2T17/2016								
	Terrenos	Edificações	Máq./ Equip	Móv./ Utens.	Veículos	Equip. Inf/ Software	Bens/ Direitos	Saldo
Saldo Inicial 2016	1.242	1.614	13.905	92	29	232	250	17.364
Adições	-	119	202	-	-	4	-	325
Ajuste IFRS	-	8	-	-	-	-	-	8
Baixas	-	-	-	-	-	-	(250)	(250)
Depreciação	-	(72)	(2.457)	(20)	(5)	(68)	-	(2.622)
Saldo Final 2016	1.242	1.669	11.650	72	24	168	-	14.825
Adições	-	-	139	-	-	-	-	139
Baixas	(1.242)	(1.669)	(511)	-	-	-	-	(3.422)
Depreciação	-	-	(707)	(10)	(3)	(28)	-	(748)
Saldo Final 2T17	-	-	10.571	62	21	140	-	10.794

8. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

Instituição Financeira	Moeda	Indexador	30/06/2017			Venc. Final	Forma de Pagto.
			Circulante	Não Circulante	Total		
Banco do Brasil Capital de Giro (a)*	R\$	CDI	6.291	-	6.291	dez/17	Mensal
Banco Tricury S/A	R\$	CDI	2.030	-	2.030	jan/18	Mensal
FIDC Exodus	R\$	Fixo	61	-	61	Jul/17	Mensal
Banco Sofisa - Conta Garantida	R\$	CDI	2.543	-	2.543	Set/17	Mensal
Brasil Distressed	R\$	Fixo	181		181	Dez/17	Mensal
Banco Bradesco (a)*	USD	Libor	271	-	271	jan/18	Trimestral
Banco Rendimento	R\$	Fixo	493	-	493	Jul/17	Mensal
Quirografários – Bancos (b)*			-	3.387	3.387		(b)
Redução de Juros Provisionados a Maior			(2.580)	-	(2.580)		
Totais			9.290	3.387	12.677		

* Acordos em andamento

(a) Os valores foram repactuados uma vez que possuem garantia real. Tem como garantia, conforme o caso, alienação fiduciária, caução de títulos (duplicatas), notas promissórias e aval de acionistas. As garantias dos financiamentos de capital de giro compõem-se de máquinas e equipamentos do ativo imobilizado no valor contábil líquido de 4.145 mil em 30/06/2017.

(b) Valores concursais, classificados como Credores Quirografários, cujos valores são líquidos de deságio, acrescidos de correção, conforme Assembléia de Credores realizada em 15/12/2015.

Os financiamentos e empréstimos têm como garantia, conforme o caso, alienação fiduciária, caução de títulos (duplicatas), notas promissórias e aval de acionistas.

9. TRIBUTOS PARCELADOS E OUTROS

	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total 30/06/2017	31/12/2016
PAEX – PIS/COFINS/IPI e INSS	6.315	22.458	28.773	24.836
OUTROS	2.247	-	2.247	1.527
PPI – ICMS	280	10.174	10.454	9.210
ICMS-PEP CP	1.616	3.575	5.191	5.100
CORREÇÃO DO PERÍODO	-	6.640	6.640	5.308
TOTAL	10.458	42.847	53.305	45.982

A Companhia possui valores de tributos federais e previdenciários (REFIS) e estaduais (PPI-ICMS/SP) em aberto desde 10/2014. Com base no entendimento dos Assessores Tributários ingressará novo pedido de parcelamento.

10. PROVISÕES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Notas Explicativas

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Férias e 13º salários a pagar (a)	<u>2.925</u>	<u>2.051</u>
Contas a pagar composto por:	<u>5.417</u>	<u>3.949</u>
Fretes e outros	425	432
Outras contas a pagar (comissões, serviços de terceiros e outras)	4.549	2.769
Débitos de Cessão de Crédito (b)	443	748
TOTAL	8.342	6.000

(a) Valores incluídos em Obrigações Trabalhistas e Encargos a pagar em 30/06/2017.

(b) Valores decorrentes da Assunção de Dívidas, pactuado em 12/2014, devidamente acrescidos dos encargos pactuados em contrato.

11. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Administração da Companhia e seus consultores jurídicos divulgam para fins de atendimento às normas contábeis, que possui contingência decorrente de processos trabalhistas, com perda considerada “possível”, de aproximadamente R\$ 2.700 mil, não existindo até a presente data contingências trabalhistas com probabilidade de perda provável.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital integralizado em 30 de junho de 2017 é de R\$ 23.749 mil, representado por 726.514 ações, sendo 265.160 ordinárias e 461.354 preferenciais, nominativas, sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial (antiga Reserva de Reavaliação):

A Companhia optou por manter o saldo da reserva até a sua efetiva realização. No trimestre findo em 30/06/17 houve a realização dessa reserva, conforme comentado na nota explicativa 7.

c) Lucro (Prejuízo) por ação (básico e diluído):

	30/06/2017	30/06/2016
Prejuízo do período para as ações ordinárias e preferenciais – R\$ mil	(8.417)	(12.092)
Ações ordinárias e preferenciais	726.514	726.514
Prejuízo por ação – R\$ 1,00	(11,59)	(16,64)

• Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível às ações da Companhia.

Durante o exercício não houve emissão de novas ações, portanto não foram pagos quaisquer prêmios sob este pretexto.

Notas Explicativas

A Companhia não detém nenhum tipo de ação em tesouraria. Também não possui participações; nem é Controlada por outras Companhias, portanto não existem parcelas de lucro a serem atribuídas a acionistas controladores.

• Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

13. APROVAÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme mencionado no item “1 - Contexto Operacional”, a Companhia obteve aprovação do Pedido de Recuperação Judicial na Assembléia de Credores em 15/12/2015, pela maioria dos credores inscritos no Pedido de Recuperação Judicial, sendo homologada através da decisão proferida em 19/02/2016 e publicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no DJE em 23 de fevereiro de 2016, onde ficaram acordados os seguintes termos para as classes de credores abaixo:

Classe	Categoria	Início Pagtos.	Correção	Amortiz.	Quant. Parc.	Deságio
Quirografário	Aço – Especial	ago-16	TR + 0,5%	Mensal	41	-
Quirografário	Bancos	out-17	TR + 0,5%	Trimestral	33	40%
Quirografário	Fornecedores	out-17	TR + 0,5%	Trimestral	33	40%
Quirografário	Micro Empresa - EPP	fev-16	TR + 0,5%	Mensal	1	-

14. COBERTURA DE SEGUROS

Bens do ativo imobilizado e estoques estão cobertos com seguros, em 30 de junho de 2017 por montante suficiente para assegurar a reposição dos bens e a continuidade das operações da Companhia em caso de sinistros.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

15. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório dos auditores independentes (JPPS Auditores Independentes S/S), emitido em 02/08/2017 e com as informações relativas ao período findo em 30 de junho de 2017.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da

FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL – Em recuperação judicial

SÃO BERNARDO DO CAMPO – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL – Em recuperação judicial, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Os impostos e contribuições federais e estaduais descritos na nota explicativa 9 não vêm sendo recolhidos regularmente, especialmente os débitos decorrentes das adesões aos parcelamentos já homologados dos programas REFIS e PPI-ICMS-SP. Não foi possível mensurar o montante pendente de recolhimento, que segundo a Administração é objeto de apuração e mensuração por parte de seus assessores tributários, que contemplará possíveis créditos tributários identificados, oriundos de pagamentos já realizados, para ingresso de novo pedido de parcelamento, cujo levantamento não foi finalizado até o término dos trabalhos de auditoria.

Dessa forma, não foi possível concluir quanto à adequação dos saldos apresentados que possam modificar as demonstrações contábeis para o trimestre findo em 30 de junho de 2017.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos eventuais ajustes que poderiam ser feitos nas informações intermediárias, conforme mencionado no parágrafo base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Sem ressaltar nossa conclusão, a Companhia encontra-se em processo de recuperação judicial, cujo pedido foi homologado pelo Juízo de Recuperação, em decisão proferida em 19 de fevereiro de 2016 e publicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em 23 de fevereiro de 2016.

Conforme comentado na nota explicativa 1, com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia entende que sua função social e o estímulo à atividade econômica foram preservados, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas, garantindo a segurança operacional e o compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

A Companhia reduziu substancialmente suas operações decorrentes da queda acentuada das vendas, ocasionando um desequilíbrio com os custos fixos, razão pela qual vem apresentando prejuízo nesse período e de exercícios anteriores, e como consequência gerando patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto).

As informações trimestrais foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia.

Outros assuntos

a) Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

b) Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2016, apresentados para fins de comparação, foram por nos auditados e revisados, cujos relatórios foram emitidos com data de 03 de março de 2017 e 29 de julho de 2016, respectivamente. No Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis de 31/12/16, conteve modificação de opinião em relação aos seguintes assuntos: a) falta de recebimento das respostas de circularização de bancos, cujos procedimentos de confirmação dos registros contábeis relacionados, se limitaram aos controles internos da Companhia; b) Os impostos e contribuições federais e estaduais não vêm sendo recolhidos regularmente, especialmente os débitos decorrentes das adesões aos parcelamentos já homologados (REFIS e PPI-ICMS-SP). Não foi possível mensurar o montante pendente de recolhimento, que segundo a Administração, é objeto de apuração e mensuração por parte de seus assessores tributários, que contemplará inclusive a identificação de possíveis créditos tributários oriundos de pagamentos já realizados para ingresso de novos pedidos de parcelamentos, levantamento este que não foi realizado até o término dos trabalhos de auditoria.

Constou, ainda, nesse relatório, o mesmo assunto descrito no parágrafo de Ênfase anterior.

No Relatório de Revisão de Informações Intermediárias de 30 de junho de 2016, foi emitido sem modificação, constando o mesmo assunto descrito no parágrafo de Ênfase anterior.

São Paulo, 02 de agosto de 2017.

JPPS Auditores Independentes S/S

CRC 2SP 023.001/O-0

Paulo Sergio Sangiorgio

Contador CRC 1SP 085.108/O-0